

CLIPPING IMPRESSO

20/04/2022



INDICE

1. JORNAL O IMPARCIAL	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. DECISÕES.....	2 - 3
1.3. PRESIDÊNCIA.....	4
1.4. SERVIDOR PÚBLICO.....	5
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. DESEMBARGADOR.....	6
2.2. PRESIDÊNCIA.....	7

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Aprovada mudança na Organização Judiciária

Texto normativo faz uma adequação na legislação, no que se refere ao quantitativo de juizes da Comarca de Balsas e às competências de suas Varas e Juizado Especial

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, na sessão plenária desta terça-feira (19), o Projeto de Lei Complementar 001/2022, de iniciativa do Poder Judiciário, que modifica o Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão. O texto normativo faz uma adequação na legislação, no que se refere ao quantitativo de juizes da Comarca de Balsas e às competências de suas Varas e Juizado Especial. A matéria foi encaminhada à sanção do governador Carlos Brandão (PSB).

De acordo com o PL, a Comarca de Tasso Fragoso, agregada à de Balsas, fica transformada em 5ª Vara da Comarca de Balsas. A Vara apreciará e julgará os feitos referentes à infância e juventude, atribuições cíveis e administrativas e processamento e julgamento de atos infracionais, juizado especial da violência doméstica e familiar contra a mulher e processamento e julgamento de medidas de proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos.

Em mensagem de encaminhamento da proposição à Assembleia, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, justifica a modificação sob o argumento de que, segundo o IBGE, a população estimada da cidade de Balsas girava em torno de 95.929 habitantes em 2020.

“Somando-se a tal número, a população dos Termos Judiciários de Nova Colinas (5.427 habitantes), Fortaleza dos Nogueiras (12.647 habitantes), Tasso Fragoso (8.582 habitantes) e São

Pedro dos Crentes (4.684 habitantes), pode-se afirmar que a população abrangida pela comarca de Balsas, em 2020, totalizava mais de 127.629 habitantes. Balsas, que é sede da comarca, é a terceira maior cidade do estado em território, possui grande movimentação comercial e econômica, destacando-se como o maior produtor de soja e o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão”, acrescenta Lourival Serejo. ao plano de cargos, carreiras e vencimentos do Judiciário

Plano de cargos, carreiras e vencimentos do Judiciário

Também nesta terça-feira (19), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Assembleia Legislativa aprovou, dentre outras proposições, parecer favorável ao projeto de lei 176/2022, do Poder Judiciário, que versa sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do Judiciário.

O deputado Ariston Sousa (PSB) presidiu a reunião, que contou com a presença dos deputados Adriano (PV), Marco Aurélio (PCdoB), Ricardo Rios (PC do B), Márcio Honaiser (PDT), Zé Inácio Lula (PT), Glaubert Cutrim (PDT), Wendell Lages (PV) e Wellington do Curso (PSC).

Em mensagem encaminhando a matéria à Assembleia, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), desembargador Lourival Serejo, afirma que a proposição é o ápice de um intenso debate sobre tema, iniciado em 2015.

O desembargador destaca a criação de uma comissão formada por desembargadores, integrantes da direção do TJ e servidores, que se dedicaram ao estudo do tema em constante diálogo, materializando as propostas aprovadas por unanimidade pelo Tribunal Pleno. “O plano de cargos, carreiras e vencimentos se destina ao atendimento de duas importantes finalidades: estabelecer um sistema coerente e duradouro do percurso funcional do servidor do Judiciário, vinculado aos objetivos institucionais, obedecidos os critérios de igualdade de oportunidades, do mérito e da qualificação profissional, além de elevar o nível de satisfação e de comprometimento dos servidores com os serviços prestados pelo Poder Judiciário à sociedade maranhense”, enfatiza o presidente do TJMA.

Projeto do Executivo

A CCJ também aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei 009/2022, do Poder Executivo, que institui o Sistema Estadual de Proteção às Pessoas Ameaçadas no Estado do Maranhão e o Conselho do Sistema de Proteção do Estado. O relator da matéria, deputado Adriano (PV), ressalta a importância do texto para a justiça criminal. “Pela primeira vez, aprova-se uma lei que vai regulamentar a proteção dessas vítimas e das pessoas que presenciaram o crime. Com o PL aprovado, essas pessoas poderão testemunhar, de forma mais tranquila, na rede de proteção que está sendo criada. Esta lei representa um marco para a justiça criminal no Maranhão”, afirmou.



Professores querem proposta melhor da Prefeitura

Audiência de conciliação foi marcada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para a manhã desta quarta-feira, dia 20, entre os professores e a Prefeitura de São Luís

PÁGINA 5

GREVE DOS PROFESSORES

Categoria quer proposta melhor da Prefeitura

Audiência de conciliação foi marcada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para a manhã desta quarta-feira, dia 20, entre os professores e a Prefeitura de São Luís

PATRÍCIA CUNHA

Em greve desde o dia 18 de abril, os profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino aguardam a nova proposta de reajuste que será apresentada pela Prefeitura Municipal de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Educação, na audiência de conciliação marcada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para a manhã desta quarta-feira, 20.

Os professores aprovaram no último dia 8 de abril o início do movimento paredista após a Prefeitura de São Luís oferecer reajuste de 5%. Segundo o Sindeducação, que representa a categoria, esse percentual está aquém do que a categoria reivindica em sua campanha salarial, que é a atualização do piso nacional (de 33,24%) para professores com Nível Médio e a repercussão em toda tabela salarial do magistério, com 36,56% de reajuste para todos os professores com Nível Superior. “A expectativa é de que venha uma proposta diferente dos 5% apresentada na mesa de negociação. Já dissemos à Prefeitura que não aceitamos os 5%. Toda proposta que a Prefeitura faz, precisa ser levada para a categoria apreciar em assembleia. A gente já tem uma assembleia marcada para a tarde desta quarta, para seguir o rito conforme manda a lei. Qualquer que seja a proposta, será apreciada pela categoria”, disse o Sindicato.

O Sindeducação esclarece que desde o ano de 2021 tentava abrir o diálogo com a gestão municipal para iniciar as tratativas da campanha salarial, porém, somente no dia 10 de fevereiro

de 2022 é que a Prefeitura de São Luís instaurou a Mesa de Negociação e, enquanto o sindicato ponderava sobre a importância de se levar em conta que toda a categoria fosse contemplada com um reajuste digno, o prefeito Eduardo Braide remeteu à Câmara Municipal de São Luís antecipadamente um Projeto de Lei para atualizar os vencimentos de apenas 889 professores, que são do Nível Médio. A categoria é formada atualmente por mais de 8 mil profissionais, entre ativos e aposentados.

Sobre o reajuste de 5%, o Sindeducação disse que o reajuste foi dado sem apresentar, nenhuma documentação que demonstrasse o impacto no orçamento do município ou a inviabilidade de um percentual maior. Não foi apresentado também o impacto na folha de pagamento dos profissionais do magistério e nem a prestação de contas dos gastos com os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), referente a 2021. Lembrando que, somente em 2021, para investimentos nas escolas e na valorização dos profissionais do magistério, o município de São Luís recebeu R\$ 512 milhões e, para este ano está previsto receber R\$ 523 milhões. O Sindeducação também organiza o movimento grevista para pedir pelo fim do assédio moral e mais transparência no orçamento e as contas da Prefeitura.

Em nota, a Prefeitura disse que a atual gestão recebeu a rede física escolar sem nenhuma escola em condições mínimas de funcionamento durante a pandemia. Que de todas as unidades, em 1 ano e 3 meses, 50% foram totalmente reformadas e as de-

mais passaram por intervenções necessárias para garantir o retorno das aulas. Sobre o transporte escolar, que coube à atual gestão regularizar o serviço do transporte escolar; e quanto à merenda escolar, que até o momento não recebeu nenhuma queixa ou reclamação por parte da comunidade escolar. “Por fim, a Semed agradece aos professores que estão neste momento em sala de aula e lamenta a paralisação de parte da categoria promovida pelo Sindeducação, uma vez que a diretoria do Sindicato esteve reunida com o Município na semana passada (terça-feira, 12 de abril), onde foi informado que o Município apresentará uma nova proposta, dentro da sua realidade financeira”, finalizou a Prefeitura, em comunicado.

A expectativa é de que venha uma proposta diferente dos 5% apresentada na mesa de negociação. Já dissemos à Prefeitura que não aceitamos os 5%. Toda proposta que a Prefeitura faz, precisa ser levada para a categoria apreciar



- 1** O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Lourival Serejo está dando total prioridade à aprovação pela Alema (talvez ainda hoje), do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do corpo funcional da corte. Quer deixa o cargo no dia 29, com tudo pronto.
- 2** O desembargador Paulo Velten vai tomar posse na presidência do TJ-MA, pela primeira vez, em solenidade fora do Palácio Clóvis Beviláqua. O ato será no auditório do Multicenter Sebrae, no Rangedor, no dia 29 deste mês.

JUDICIÁRIO MARANHENSE

Presidente do TJMA entrega novo plano de cargos



OTHELINO NETO RECEBEU O PRESIDENTE DO TJMA LOURIVAL SEREJO, GEORGE FERREIRA, MÁRIO LOBÃO E MÁRCIO ANDRADE

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto, recebeu, nesta segunda-feira (18), o projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Efetivos e Comissionados do Poder Judiciário do Maranhão (PCCV).

O documento foi entregue pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, e pelo presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário (Sindjus), George Ferreira. Também participaram o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, e o tesoureiro do sindicato, Márcio Luís Andrade.

No encontro, Othelino Neto disse que, por também ser servidor público de carreira, reconhece a importância desse projeto de lei para a categoria. “Os servidores esperam por este momento há alguns anos e, hoje, a matéria chega à Assembleia. Daremos a tramitação célere que o PL merece, afinal, a proposição valoriza os servidores do Judiciário”, assinalou.

O chefe do Legislativo maranhense destacou, ainda, a relação independente e harmoniosa que a Casa tem com o Judiciário, o que proporciona esse diálogo permanente. “Já vamos, inclusive, encaminhar para que o projeto tramite em regime de urgência e espero que, nos próximos dias, já pos-

samos apreciar o texto”, completou Othelino.

O desembargador Lourival Serejo afirmou que o projeto garante direitos aos servidores. “O PL assegura mais uma conquista para os servidores do Judiciário maranhense. São direitos que, evidentemente, se renovarão com o tempo”, frisou.

O presidente do Sindjus, George Ferreira, agradeceu a disponibilidade do presidente Othelino Neto. “Seguiremos cumprindo nosso compromisso com os servidores e vamos em busca de mais avanços. Agradeço ao deputado Othelino por reconhecer a importância do nosso pleito”, declarou.

Corregedoria segue com agenda de visitas a cartórios da capital

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) deu continuidade nessa terça-feira (19) ao cronograma de visitas técnicas às serventias extrajudiciais, os cartórios. Durante a manhã, o corregedor-geral, desembargador Paulo Velten, acompanhado do juiz auxiliar da CGJ-MA, Anderson Sobral, e da servidora Jaciara Rodrigues, coordenadora das serventias. Foram visitados o Cartório da 4ª Zona de Registro de Imóveis, que tem como titular Lucas Semeghini e que fica situado no Olho d'Água, e o 7º Tabelionato de Notas, localizado na Cohama.

Na visita, foram verificados o atendimento ao público e as instalações estruturais, bem como o funcionamento e demandas das unidades cartorárias. “São unidades estruturadas, novas, que mantêm um funcionamento digitalizado e procedimentos que seguem as normas estabelecidas no que se refere às serventias extrajudiciais. Sabemos que algumas ainda

enfrentam dificuldades, mas o que tem se notado foi o grande avanço nessa esfera”, destacou Velten. As visitas técnicas servem para averiguar a conformidade estrutural de sistemas e do serviço cartorário da atividade extrajudicial do Maranhão.

De acordo com o juiz Anderson Sobral, a atual gestão da CGJ-MA implementou uma política de atenção especial à atividade cartorária desde o primeiro dia de trabalho. “Podemos dividir os cartórios do Maranhão, hoje em dia, em duas partes. Nosso Estado sempre teve boas serventias extrajudiciais, mas existiam também aquelas que precisavam da Corregedoria no sentido de trazê-las para a conformidade com a legislação e com o que direciona o Conselho Nacional de Justiça. Então, a CGJ-MA buscou adotar essa política. Orientamos aquelas que já ofereciam um serviço satisfatório, principalmente, na continuidade do avanço, e, aquelas que não estavam, conseguimos trazê-las para a

conformidade”, observou.

ORIENTAÇÃO

As visitas têm o objetivo não apenas de fiscalização dos atos cartorários, mas de supervisão, orientação e apoio aos trabalhos realizados pelos delegatários responsáveis pelos cartórios. Um dos focos da gestão é a modernização dos serviços cartoriais, com a transformação digital dos serviços, com o objetivo de proporcionar mais segurança aos serviços extrajudiciais.

A série de visitas realizadas pelo corregedor do Judiciário começou no dia 15 de março, pelos cartórios da capital. Nessas oportunidades, o corregedor-geral da Justiça consulta os livros obrigatórios dos cartórios; verifica o atendimento às normas estabelecidas pela Corregedoria e Conselho Nacional de Justiça e a integridade dos serviços, quanto aos registros, guarda de documentos e livros obrigatórios.

CCJ DESTRAVA PAUTA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Plenário aprova o PL que modifica o Código de Divisão e Organização Judiciárias do MA

AGÊNCIA ASSEMBLEIA

Após apreciação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na sessão plenária dessa terça-feira (19), o Projeto de Lei Complementar 001/2022, de iniciativa do Poder Judiciário, que modifica o Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão. O texto normativo faz uma adequação na legislação, no que se refere ao quantitativo de juizes da Comarca de Balsas e às competências de suas Varas e Juizado Especial. A matéria foi encaminhada à sanção do governador Carlos Brandão (PSB).

De acordo com o PL, a Comarca de Tasso Fragoso, agregada à de Balsas, fica transformada em 5ª Vara da Comarca de Balsas. A Vara apreciará e julgará os feitos referentes à infância e juventude, atribuições cíveis e administrativas e processamento e julgamento de atos infracionais, juizado especial da violência doméstica e familiar contra a mulher e processamento e julgamento de medidas de proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos.

Em mensagem de encaminhamento da proposição à Assembleia, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, justificou



Sob a presidência do deputado Ariston Sousa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reuniu-se ontem na Assembleia Legislativa

a modificação sob o argumento de que, segundo o IBGE, a população estimada de Balsas girava em torno de 95.929 habitantes em 2020.

“Somando-se a tal número, a população dos Termos Judiciários de Nova Colinas (5.427 habitantes), Fortaleza dos Nogueiras (12.647 habitantes), Tasso Fragoso (8.582 habitantes) e São Pedro dos Crentes (4.684 habitantes), pode-se afirmar que

a população abrangida pela comarca de Balsas, em 2020, totalizava mais de 127.629 habitantes. Balsas, que é sede da comarca, é a terceira maior cidade do estado em território, possui grande movimentação comercial e econômica, destacando-se como o maior produtor de soja e o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão”, acrescentou Lourival Serejo.